

ATA DE REUNIÃO COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

11ª Reunião Ordinária

Ao terceiro dia do mês de julho, do ano de dois mil e quatorze, às 17h horas, na sala de Treinamento desta CET-Santos, sito a Av. Rangel Pestana, nº 100 - reuniram-se os senhores Ariovaldo Feliciano – Presidente da Comissão (SESCON), e os seguintes membros: Rogério Vilani (CET), Dalvani Pereira da Silva (CET), Rafael Santos de Paula (CMJ), Antonio Augusto Pizzo (SINCON-SANTOS), Antonio Carlos Domingues da Costa. (ANAPI), Nilton Oliveira (ANAPI), Nicola Margiotta Júnior (SECID). O Sr. Ariovaldo iniciou a 11ª reunião ordinária da Comissão Municipal de Transportes às 17h10. Solicitou que a secretária efetuasse a leitura da Convocação, após a leitura, o Sr. Ariovaldo comentou quanto ao item 1 = Leitura discussão e aprovação da Ata da ultima reunião. O Sr. Nicola solicitou a dispensa da leitura da Ata última reunião. O Sr. Ariovaldo esclareceu que o Conselheiro Nicola pede a dispensa da leitura da Ata da penúltima reunião, tendo em vista, que a última reunião não houve quorum, mas existiu a necessidade de ser feita a Ata para dar continuidade às próximas reuniões. Disse que se todos concordarem, está aprovada a dispensa da leitura da Ata da última reunião. Item 2 = Licitação do Transporte Público. O Sr. Rogério comentou que foi inaugurada em 02/07/2014, iniciando a partir de 03/07/2014, extensão do transporte aquaviário na área insular de Santos até Monte Cabrão, disse que o transporte aquaviário conduzia os passageiros até Ilha Diana, esclareceu que se os municípios de Monte Cabrão quisessem vir a Santos, precisariam se deslocar de ônibus para o Guarujá e após, atravessar de barco a Santos. Comentou que a rotina das pessoas que moram em Monte Cabrão se concentra em Bertiooga ou em Guarujá, devido à distância muito grande para Santos. Esclareceu sobre o Edital de Licitação, disse que o edital se concentra em três áreas distintas: Área Operacional (serviços de frequência, programação, etc); Área Jurídica (estabelece o relacionamento entre Permitente e Permissionária), comentou sobre a Lei Federal de Mobilidade Urbana, disse que esta Lei é um conceito novo e que está tentando trazer para o Edital, e Área Financeira (estabelece de que maneira as propostas comerciais serão apresentadas). Esclareceu que em Santos, existe um sistema que seu valor é muito mais histórico do que operacional ou ambiental, que é o sistema de trólebus. Comentou que a cidade de Santos dispõe de 40 linhas de ônibus que circulam no município, uma destas linhas é a 20 (trólebus) que faz o itinerário da praça Mauá até a praça da Independência. Na licitação anterior, independente do itinerário, houve o interesse na preservação do sistema de trólebus. Atualmente são 305 ônibus da frota da Permissionária que circula no município de Santos, apenas 6 ônibus desta frota são trólebus. Esclareceu que o sistema de trólebus é ótimo para o meio ambiente por que não polui, mas, 6 veículos de trólebus representam muito pouco para o meio ambiente. De

10

aspecto de conforto dos trólebus, disse que são veículos diferentes, com piso baixo, mas ao mesmo tempo, estes veículos que circulam hoje, são veículos antigos. Mencionou que ideia é preservar a história do trólebus na cidade. Informou que os trólebus, independente de serem veículos novos ou antigos, existe o custo de manutenção da rede de subestação. Esclareceu que a rede de subestação pertence à Prefeitura Municipal de Santos, porém, estes 6 veículos são da Permissionária que comprou e restaurou. Primeiro, para que seja concedida condição de igualdade de competição entre os participantes da nova Licitação, não podemos obrigar uma empresa a encontrar 6 ônibus velhos para que seja restaurado. A primeira opção é tirar os trólebus do Contrato, com esta atitude, a linha irá acabar; a segunda opção é efetuar a licitação com a obrigatoriedade do vencedor continuar fazendo este sistema funcionar e adquirindo veículos novos, com isso, perderemos o valor histórico; e a terceira opção é da Prefeitura comprar os veículos da Piracicabana e estes, passariam a ser do poder público e na Concorrência, obrigamos a vencedora a manter-los operando e em bom estado de conservação. Disse que o trólebus com certeza é importante para a cidade. O Sr. Ariovaldo perguntou quem faz a manutenção e conservação dos trólebus. O Sr. Rogério respondeu que a manutenção/conservação é feita pela empresa Permissionária. O Sr. Wellington explicou por que Santos tem a questão histórica em relação ao trólebus. Disse que no Brasil inteiro, somente no município de São Paulo, no ABC (METRA) e em Santos tem trólebus, esclareceu que Santos é a única cidade que tem trólebus e Bonde ao mesmo tempo, e em poucas cidades do mundo também, informou que concorda que o veículo é mais caro, mas a durabilidade é muito grande. O Sr. Rogério disse para todos votarem quanto às três propostas apresentadas do sistema de trólebus. O Sr. Pizzo comentou que é contra a Prefeitura comprar qualquer tipo de coisa. O Sr. Rogério perguntou ao Sr. Pizzo se existe algum problema se for doado. O Sr. Pizzo perguntou como será esta doação, disse que não acredita, comentou que para haver doação, à parte que irá doar vai querer algo em troca. Perguntou por que não copiamos o modelo que é utilizado em Curitiba, ônibus novos e adequados utilizados por seres humanos. O Sr. Rogério disse que o assunto do trólebus é totalmente independente deste comentário, este assunto é para ser comentado em Assuntos Gerais. O Sr. Ariovaldo disse para todos votarem nas opções: Primeiro - retirar a exigência dos trólebus do edital e acabar com o serviço. Segundo - a Prefeitura obriga a Permissionária a comprar veículos novos (descaracterizando o fator histórico). Terceiro - a Prefeitura compra os trólebus com manutenção e conservação da Permissionária. O Sr. Antonio Carlos disse que a Sra. Telma de Souza em sua administração, estatizou o transporte, inclusive os trólebus e passou para o município, na administração do Sr. Davi Capistrano foi privatizado, perguntou se o histórico é da Prefeitura, por que se foi estatizado, os veículos passaram para a Prefeitura. O Sr. Rogério disse que há 10 anos os trólebus são da Viação Piracicabana. O Sr. Wellington explicou que na administração da Sra. Telma de Souza, os trólebus eram da Prefeitura, esclareceu que o Sr. Davi Capistrano começou a privatizar os veículos, mas na licitação em seu governo, obrigou a operar o transporte por ônibus e vender os trólebus como sucata, estes 6 trólebus

que ficaram eram os mais novos e continuaram circulando no município. O Sr. Antonio Carlos votou pela aquisição de veículos novos (tempo de vida útil). O Sr. Ariovaldo disse que se a Prefeitura obrigar a Permissionária a adquirir veículos novos, dependerá também do aumento da tarifa. O Sr. Pizzo esclareceu que não consegue entender porque para ter ônibus novos tem que haver o aumento da tarifa. O Sr. Nicola disse que é uma questão de investimento Payback. O Sr. Pizzo votou em manter a linha de trólebus como está. O Sr. Nicola votou em manter os antigos pelo valor histórico e também, visando um impacto maior de investimento para a licitação. A Sra. Dalvani votou na opção para a Prefeitura ficar com os trólebus e obrigar a Permissionária a manter a manutenção/conservação dos mesmos. O Sr. Nilton votou em continuar como está. O Sr. Rafael perguntou para a Sra. Dalvani se no ponto de vista econômico vale a pena manter os trólebus antigos. Disse que se fizéssemos os trólebus funcionar aos finais de semana nos mesmos moldes do bonde, com um trajeto menor, pioraria ou seria um alívio para o sistema. A Sra. Dalvani respondeu que se o trólebus for circular nos mesmos moldes do bonde, não entra no sistema. O Sr. Rogério esclareceu que quanto menos utilizarmos o trólebus é pior, tendo em vista seu custo fixo que é muito caro. O Sr. Rafael votou na extinção dos trólebus. O Sr. Rogério votou na opção em manter os trólebus antigos passando para a Prefeitura. O Sr. Ariovaldo disse que democraticamente os votos foram: 2 a 2 e 3 votos na opção da Prefeitura comprar os trólebus com manutenção e conservação da Permissionária. O Sr. Pizzo pediu que constasse em Ata que serão doados. O Sr. Ariovaldo mencionou quanto ao Item 3 - Assuntos Gerais. O Sr. Rafael comentou que as pessoas que estão pagando tarifa em dinheiro nos ônibus não recebem o troco, disse que achou que fosse só com ele, mas conversou com outras pessoas e todos disseram que pagam com dinheiro e também não recebem o troco. Ressaltou que conversou com o Sr. Rogério que esclareceu que o ideal é anotar o prefixo do veículo, o horário e local, para que esta situação seja averiguada. Disse que esta situação está errada e precisa ser corrigida. Informou que para a próxima reunião, pensará em algo para a resolução deste problema. O Sr. Pizzo disse que na Audiência Pública que ocorreu, um motorista se manifestou esclarecendo que não são eles (motoristas) que ficam com o troco por que não estão morrendo de fome. Esclareceu que não vai citar nomes, mas disse que sabe onde são trocadas as moedas, e são os motoristas que as trocam. O Sr. Rogério disse que concorda absolutamente que troco é dinheiro, esclareceu que a empresa paga um valor fixo para o motorista cobrar, e neste valor, o motorista está incumbido de providenciar o troco. Comentou que a solução para este problema é a utilização do cartão transporte, a solicitação do cartão poderá ser efetuada pela internet e para a confecção do plástico, não há custo nenhum. O Sr. Pizzo perguntou se precisa antecipar a passagem. O Sr. Rogério disse que o cartão precisa ser carregado. O Sr. Pizzo perguntou se a passagem for antecipada o que ganhará com isso. O Sr. Rogério respondeu que os créditos poderão ser adquiridos através de cartão de crédito, e pagará a passagem somente quando receber a fatura. O Sr. Rafael solicitou à Comissão de Licitações para que veja com bastante carinho, uma forma de ser menos burocrático o procedimento

para que o estudante receba o cartão transporte. O Sr. Rogério esclareceu que a burocracia não é a empresa que impõe, é em conjunto com a CET por que tem muita gente de má fé. O Sr. Ariovaldo disse que está sendo preparado o Edital, e não será possível esta análise em uma só reunião, solicitou ao Sr. Rogério que o enviasse por e-mail aos Conselheiros. O Sr. Rogério disse que não tem uma data certa, mas que os trabalhos estão bem adiantados. O Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às 18h10. Eu Adriana Maria Sônego Xavier, lavrei a presente Ata, que foi assinada por mim, bem como pelos presentes.

Amelais

Participantes:

Ariovaldo Feliciano – Presidente da Comissão (SESCON);

Rogério Vilani (CET);

Dalvani Pereira da Silva (CET);

Rafael Santos de Paula (CMJ);

Antonio Augusto Pizzo (SINCON-SANTOS);

Antonio Carlos Domingues da Costa. (ANAPI);

Nilton Oliveira (ANAPI);

Nicola Margiotta Júnior (SECIB)